

# Planos de Emergência – IFLA DISASTER. Preparedness and Planning

Isabel Raposo Magalhães  
magalhaes.isabel@gmail.com

O Programa PAC (Preservação e Conservação) da IFLA (Federação Internacional das Associações de Bibliotecas e Bibliotecários) publicou em 2006 um manual trilingue (inglês, francês e espanhol) sobre prevenção de catástrofes e planos de emergência sob a direcção de John McIlwaine (University College London). Este manual – IFLA DISASTER. Preparedness and Planning – resulta de um vasto trabalho desenvolvido no seio do Escudo Azul pelo Programa IFLA-PAC com o objectivo de sensibilizar, formar e alertar para os problemas e perigos que ameaçam o património documental.

O arranque teve lugar em 2003 com um inquérito enviado a bibliotecas nacionais de todo o mundo que procurava averiguar quantas dispunham de planos de emergência. De 177 bibliotecas nacionais, apenas 39 tinham um plano. A grande maioria das respostas negativas indicavam como “desculpa” a ausência de um modelo ou de instruções compreensíveis para o fazer. De facto, a grande maioria das publicações (manuais e folhetos) sobre estas questões está publicada em inglês, sendo que muitas são extremamente complexas e detalhadas e por isso dificilmente aplicáveis a instituições pequenas e sem recursos.

O manual está dividido em cinco temas distribuídos por aproximadamente vinte páginas, além de um anexo onde são discriminados alguns materiais de primeira necessidade. É um trabalho conciso, onde impera o bom senso e a preocupação de ser efectivamente útil e de fácil leitura. Os temas são os seguintes:

1 – Avaliar os riscos (identificação das causas de uma eventual catástrofe): Os riscos externos ao edifício; os riscos inerentes à própria estrutura do imóvel e dos seus

serviços; os riscos associados ao homem; o fogo e a água; e a avaliação dos procedimentos de emergência existentes.

2 – Gerir os riscos (prevenção e protecção): Medidas a considerar na estrutura do edifício; a segurança; os sistemas de armazenamento; os seguros; as medidas de protecção, detecção, combate e extinção (no caso de fogos).

3 – Preparar (estar pronto a intervir): a elaboração de um plano de prevenção de riscos; definição do papel dos membros da equipe de intervenção; divulgação e revisão do plano; formação do pessoal; identificação das prioridades de salvamento; conservação e actualização da documentação; contactos com organismos e instituições externas; previsão de fundos de emergência disponíveis de imediato; armazenamento e controle do material de emergência; operacionalizar espaços de recuperação e tratamento imediato.

4 – Reagir e intervir (quando a catástrofe se dá): Primeiras medidas; o salvamento; avaliação da situação e necessidades; estabilizar; preparar a evacuação de fundos, se necessário (sem esquecer que no caso das bibliotecas e arquivos há a preocupação adicional de manter a unidade e ordem das colecções - a velha máxima de que um documento fora do lugar é um documento perdido); gerir a comunicação; apoiar o pessoal; transportar e guardar os documentos molhados; triá-los consoante os tratamentos a aplicar; o seu estado (húmidos ou encharcados) ou a sua natureza (caso especial dos documentos fotográficos ou electrónicos).

5 – Recuperar (o regresso à normalidade) o funcionamento dos serviços; do edifício; das colecções; os seguros; análise e balanço da catástrofe.

Algumas ideias-chave, muito simples são veiculadas:

- Não existe um plano tipo. Cada instituição deve pensar e definir o seu em função da sua realidade concreta (edifício, natureza das suas colecções, pessoal e recursos de que dispõe, espaço geográfico em que se insere), das suas necessidades e possibilidades. Mas o objectivo é sempre o mesmo: limitar ao máximo os riscos e procurar uma intervenção o mais eficaz possível em caso de catástrofe.

- O plano deve ser constantemente revisto em todos os seus níveis. Desde a avaliação dos riscos (qualquer alteração, tanto interna como na envolvente, deve ser considerada), à inspecção regular ao edifício para identificar problemas (todos os materiais têm um tempo de vida, mesmo o betão!) e pontos fracos, à verificação e controle regular dos sistemas de detecção, combate, vigilância (e previstas opções em caso de avaria), à constituição das equipas de intervenção, até à actualização dos contactos de responsáveis.

- O plano deve estabelecer prioridades tanto na protecção/prevenção como na recuperação dos acervos e colecções.

- A formação do pessoal é fundamental bem como a realização de simulações e exercícios de treino periódicos. Mecanizar os procedimentos de resposta é a única forma de minorar o efeito de pânico associado a situações de catástrofe.

- O plano deve ser uma responsabilidade das direcções. Para ser eficaz é indispensável que o plano envolva toda a instituição, mas é fulcral que seja assumido como uma responsabilidade directa da direcção, tanto na angariação e disponibilização de fundos, como na sua implementação e avaliação.

Por último (o “last but not the least”), é preciso ter em conta que a segurança das pessoas (público, utentes e pessoal) é sempre a primeira prioridade em caso de sinistro, sendo indispensável estabelecer uma estreita cooperação com os serviços de segurança e de protecção civil.

Mas, há também que estar preparado, se necessário, para actuar sozinho e sem apoio externo em caso de guerra ou de uma catástrofe em larga escala, com efeitos devastadores, que se traduzem, de modo geral, numa desorganização dos socorros e numa alteração das prioridades locais ou nacionais.

O manual está disponível na Internet nos seguintes endereços:

<http://www.ifla.org/VI/4/news/ipi6-en.pdf> (inglês),  
<http://www.ifla.org/VI/4/news/ipi6-fr.pdf> (francês) e  
<http://www.ifla.org/VI/4/news/ipi6-es.pdf> (espanhol).